Direito

O dever de informar na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça

Ana Clara Landim de Santana - a)Discente do 7º período do curso de Direito na Universidade Federal de Lavras, ex-bolsista do PIBIC/UFLA, membra voluntária do PETi Direito.

Gustavo Pereira Leite Ribeiro - Doutor em Direito Privado, Professor Adjunto no Departamento de Direito da Universidade Federal de Lavras - Orientador(a)

Resumo

A perspectiva contemporânea da relação médico-paciente integra este como um sujeito ativo dentro do processo deliberativo relativo à sua saúde, na busca de abandonar o caráter paternalista que outrora lhe foi presente. O consentimento informado é o instrumento que possibilita a participação efetiva do paciente em toda e qualquer decisão sobre tratamento médico que lhe seja pertinente, sendo fator legitimador de qualquer intervenção. Para a validade da obtenção deste instituto é necessário que o paciente seja capaz para consentir, de forma voluntária e munido de informações adequadas. No entanto, a adequação das informações é desafiadora na medida em que no ordenamento jurídico brasileiro é escasso o detalhamento legislativo sobre o tema. Isso posto, o objetivo geral do projeto é analisar o elemento informação na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, especificamente seu sentido e alcance dentro da relação médico-paciente. Para tanto, a investigação proposta possui enfoque qualitativo, revestindo-se do caráter bibliográfico e jurisprudencial. Para a pesquisa jurisprudencial foi definido o recorte temporal de 01/01/2003 até 31/05/2019 e foram definidos os seguintes descritores para orientar as buscas: “consentimento informado”; “consentimento livre e esclarecido”; consentimento informado; consentimento livre e esclarecido; consentimento ADJ informado; consentimento ADJ livre ADJ e ADJ esclarecido. Com foco na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, percebe-se, portanto, que o elemento informação é essencial do consentimento informado, na medida em que capacita o paciente para a tomada de decisão de forma autônoma no contexto do processo deliberativo do tratamento de saúde. Compreende-se que na falta de legislação específica, o dever de informação é regulado pelo Código de Defesa do Consumidor, exigindo clareza, lealdade e exatidão na informação prestada, de modo que o paciente possa criar expectativas legítimas acerca da terapêutica. O médico deve informar ao paciente o diagnóstico, prognóstico, riscos e objetivos do tratamento de forma detalhada e específica, exceto quando a informação possa lhe trazer danos, conforme o artigo 34 do Código de Ética Médica. No mais, a informação deve ser modulada de acordo com a singularidade de cada paciente e especificidade do caso concreto, prezando-se pela qualidade da informação transmitida e buscando garantir máxima a compreensão possível das informações por parte do paciente.

Palavras-Chave: Informação, Consentimento informado, Relação médico-paciente.

Link do pitch: <https://youtu.be/fxOSnUVvyVc>